

RESENHA

Paulo Freire
QUE FAZER: Teoria e prática da educação popular

Alessandra Fonseca Farias *
Vanessa Xavier Silva Sousa **
Ana Júlia Rêgo Vieira da Luz ***

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2022.v4i1n8.652-658>

- FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer**: teoria e prática da educação popular. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

Educação popular: rompendo barreiras educacionais

Apresentação

A obra “Que fazer: teoria e prática da educação popular” foi publicada no ano de 1989 e sua última versão data de 2014. Para esta resenha, foi utilizada a quarta edição publicada em 1993, que tem ao todo 73 páginas divididas em 5 capítulos. A autoria é de Paulo Freire e Adriano Nogueira e, no desenvolver do livro, os autores dialogam sobre como a Educação Popular rompe com a tradição educacional direcionada à elite, promovendo uma educação destinada a toda a população de cunho social e político.

A obra

Na **apresentação** do livro, Clodovis Boff refere-se a Paulo Freire como representação social do povo oprimido e diz que sua postura diante a realidade popular condiz com a “Educação Paulo Freire” que é humilde, respeitosa, de escuta, mas também crítica,

interrogativa e dialógica. Afirma ainda que a importância dessa pedagogia está no protagonismo dado aos oprimidos, tornando-os seus próprios agentes de libertação.

Diferentes autores prefaciaram a obra ao longo das 13 edições publicadas. Destacamos o **prefácio** à terceira edição, que se trata de uma “transcrição” de uma conversa entre o autor Adriano Nogueira e o Antropólogo-Educador Carlos Rodrigues Brandão, estudioso do pensamento freireano. Nogueira inicia a conversa elogiando o estilo criativo e direcionado de Brandão, apontando sua escrita como um jeito criativo de fazer a ciência ser absorvida. Brandão responde que este “[...] é o desafio de absorver a criatividade das soluções populares” (p. 10).

Durante o diálogo, Nogueira e Brandão esclarecem a força dos saberes populares e o papel dos intelectuais de “ensinar” essas pessoas, em seus movimentos, a se impor, a não se deixar manipular e a se expor, participando das lutas. Outra explicação presente é sobre os tipos de saber e a forma como os saberes populares se expressam: através da oralidade. Por isso, ao ser ouvida, a oralidade tem um significado e, antes de ser transcrita, ela deve ser de fato ouvida, compreendida e traduzida.

Na **introdução**, Paulo Freire é “apresentado” como um dos responsáveis pelo nascimento da “Educação Popular”, sendo também lembrado que sua memória conta a história e a importância dessa educação. A força da Educação Popular está em seu estilo de fazer política, mostrando as massas e os movimentos. Houve, nesse processo, a produção de seus próprios intelectuais, o que permitiu aos movimentos apresentar uma ideia de educação “orientada”.

Outra razão para o crescimento desse movimento foi a industrialização e a migração, pois apresentava-se a ideia de educar adultos com a perspectiva de transformar a sociedade no contexto da Educação Popular, ou seja, para além de transformar as pessoas refletir a transformação do país.

No capítulo **Definição primeira: o que é Educação Popular?**, encontramos a definição de Educação Popular como capacitação técnica e científica, mobilização e organização das classes populares. Para tanto, essa capacitação está diretamente ligada à relação dos grupos populares com os educadores. Freire expressa ainda a importância da relação dos educadores com esses grupos, pois caso não sejam nascidos das classes populares, devem buscar conhecer a realidade, o mundo e o seu modo de vida para que dirijam os programas e conteúdos de educação.

RESENHA. Que fazer: teoria e prática da educação popular, de Paulo Freire.

O texto também aborda a luta dos movimentos populares contra a marginalização imposta pela burguesia, apresentando-os como frutos da educação informal e das mudanças propostas à sociedade brasileira. É importante destacar que essa organização é fruto da convivência com educadores e intelectuais da classe média.

Freire explica que entre as várias formas de Educação Popular, todas compreendem a vida como luta pela vida e explicam que a tarefa dos intelectuais é dar força e “ensinar” aos grupos populares para que eles passem a transformar seu amanhã.

Durante o diálogo posto na sessão **Organizar o saber, planejar a luta**, é colocado que a luta popular não ocorre através de um conhecimento organizado; contudo, é necessária uma sistematização desse conhecimento para que seja viabilizada a atuação dos programas. Os intelectuais devem, assim, buscar formas de “melhorar” os conhecimentos já existentes entre esses grupos e movimentos populares, porém, deve ser observado que não se pode “roubar” a autonomia no processo de aprendizagem e nem se pode impor o conteúdo. O aprendizado não é, nessa perspectiva, dominação, e por esse motivo não se pode ser imposto, devendo acima de tudo respeitar a inteligência dessas pessoas.

Os autores explicam que entendimento é “passar” o conhecimento para os povos através da sua vivência, e a forma como passam esse conhecimento é através da oralidade, narrativa que é tradição. Assim, ao fazer uma pergunta a um intelectual popular, sábio que a Cultura Popular refinou, este responderá através de estórias.

Por sua vez, o capítulo **O texto escrito reaproxima o leitor de sua própria vida**, apresenta um Manual de Educação Popular que propõe a ideia de que a aprendizagem no cotidiano de pessoas e grupos populares está relacionada à esperança na perspectiva de mudar a ordem das coisas.

Os grupos populares são perfeitamente capazes de aprender a significação do discurso teórico, alinhando um pensamento crítico e aprendendo, assim, a criticar aquilo que se lê e que se escreve.

“O texto (a escrita) nos remete aos conhecimentos organizados no interior de convenções, códigos ou conceitos” (p. 34). Assim, percebe-se que existem inúmeras maneiras de se organizar o saber e que “aprender é movimentar a pessoa naquilo que ela antes pensou não saber, depois se encontrou no acontecimento e essa pessoa aprendeu a aprender” (p. 36).

Em **O conhecimento gerado na reflexão da favela e o conhecimento gerado nessa nossa reflexão**, o capítulo traz à baila a discussão de que é necessário aprender a relacionar o conhecimento e o saber popular, afinal existem maneiras diferentes de aprender a realidade. “Os conteúdos surgem vestidos de problemas e uma metodologia muito próxima, muito coerente. E bastante concreta” (p. 40).

Desse modo, é de suma importância compreender que toda forma de saber é válida, e que esta depende de alguns fatores como curiosidade e prática. Os autores afirmam que “quando a prática é tomada como curiosidade, então essa prática vai despertar horizontes de possibilidade” (p. 40). Nesse movimento, é preciso encontrar uma harmonia entre os saberes, o conhecimento intelectual não deve chegar cheio de rigor na favela e a favela não deve se fechar no próprio conhecimento, sem permitir a possibilidade de aprender com o saber científico.

Já na seção intitulada **Conversando com um outro tipo de leitor(a): o(a) profissional educador (a)**, é estabelecido um olhar voltado para o educador que atua nas escolas formais e que pensa nos interesses das crianças populares. O educador a quem o capítulo é direcionado é aquele que reflete sobre as crianças e descobre que são “desamadas e desrespeitadas por um tipo de estudo e por um tipo de escola” (p. 46).

Assim, esse educador aqui referendado é compreendido para além de “um(a) profissional da educação, ele (a) é um(a) cidadão(ã) da vida política” (p. 47).

Também neste capítulo é discutido o melhor caminho que o professor deve seguir para driblar as dificuldades. Fala-se sobre a necessidade de o educador estabelecer em sua rotina profissional a alegria e que esta última está relacionada ao enfrentamento de um trabalho que intimida, mas que é necessário aflorar no educador este sentimento, afinal “aquele contentamento que brota do desabafo cultural é um contentamento pedagógico porque ele entorpece” (p. 52).

O leitor encontra no capítulo **Nossa postura crítica e a instituição onde atuamos** uma discussão muito concisa sobre nossa atuação nas instituições, dado que nossas relações de trabalho são permeadas por canais institucionais. Os autores refletem sobre as regras e normas, com as quais os profissionais desenvolvem um comprometimento, e convidam o leitor a questionar “[...] quem elaborou as normas? E as pautas? A quem estas servem? Privilegiam o quê?” (p. 55). Em seguida, afirmam que estas indagações contribuem para desadormecer a rotina da instituição, fazendo com que o profissional perceba que sua capacidade de entendimento da realidade vai além dos horizontes institucionais, já que a interpretação da realidade “é um ato coletivo em que as

RESENHA. Que fazer: teoria e prática da educação popular, de Paulo Freire.

perguntas, multidisciplinares, se complementam e se articulam através de planos de atuação” (p. 58).

Os autores recuperam em **Anexo 1 - Educação popular: pequena parte de uma grande história** alguns dos conceitos-chave da obra “Pedagogia do Oprimido” de Paulo Freire, como a educação bancária. A partir disso, trazem à tona a realidade da expulsão de alunos pela própria escola, fenômeno chamado de evasão escolar, na qual os expulsos, denominados pelo sistema excludente de “menor carente” ou “criança problema”, eram condenados ao analfabetismo, quando não resgatados por iniciativas de educação popular que reconheciam sua *resistência cultural*.

Surge então a busca pela reinvenção da escola, pela criação de novas formas de educação, que não fossem baseadas na opressão e no sufocamento, não havendo, portanto, alunos silenciados tampouco excluídos.

Outro conceito recuperado é o da *ação cultural*, berço da Educação Popular de acordo com os autores, a qual ampliou a cultura dos livros para a cultura que dá sentido às relações humanas nos grupos e no trabalho:

E esse conceito foi necessário. Ele ajudou a inovar os caminhos de acesso ao conhecimento. Ajudou o trabalho educativo a ganhar mais espaço. E era disso que se tratava: substituir o velho esquema educação-evasão-exclusão; isso supunha inovarmos o jeito de entender a cultura, mudar o jeito de compreender a realidade. Supunha também mudanças no espaço da escola que o estado tradicionalmente oferecia. (p. 61)

Em vista disso, a Educação Popular e a mudança social andam juntas, uma vez que a primeira já nasce da cultura do movimento popular, transformando desde os métodos de educar até a participação criativa das pessoas na sociedade, aproximando através da “educação conscientizadora” a teoria da prática.

Não há como não refletir sobre o Movimento Popular no **Anexo 2 - Uma visão pedagógica da cultura: o movimento popular como escola de educação popular** que, nesse contexto, passa a transformar países da América Latina, América Central e África, pelo qual as pessoas aprendem e ao mesmo tempo exercitam o conhecimento aprendido.

O Movimento Popular, para os autores, é a escola viva na qual as pessoas aprendem a resolver dificuldades da vida, de onde se originam os conteúdos da Educação Popular, na qual não há diferenciação de quem sabe mais ou menos. “Em vários lugares ocorre

de andarem juntos o conhecimento e a transformação para melhor viver. Juntos eles constituem a Escola que é o Movimento Popular” (p. 67).

Considerações finais

Reviver Paulo Freire em seu centenário é de suma importância não só para o campo acadêmico, mas para a vida, uma vez que não se deve deixar apagar a chama que este grande autor acende através de suas obras que muito elucidam e nos trazem a um contexto reflexivo sobre como a educação é capaz de transformar vidas, principalmente nas camadas populares.

Portanto, esta obra se torna oportuna, pois implementa ideias e emerge expressões que tentam trazer uma reaproximação entre o conhecimento científico e conhecimento popular. Esta pode ser considerada um elo fundamental para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais efetivo e prático, seguindo os princípios da educação popular.

Referência

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer:** teoria e prática da educação popular. 4 ed. Petrópolis: vozes, 1993.

Recebido em: 30 nov. 2021.

Aprovado em: 6 mai. 2022.

* **Alessandra Fonseca Farias** é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Licenciada em Pedagogia, Especialista em Gestão Educacional e Mestre em Educação pela UNESP. Professora efetiva da Educação Básica na Prefeitura Municipal de Presidente Prudente/SP.

E-mail: alessandra.farias90@gmail.com

Orcid: [d: https://orcid.org/0000-0002-5074-4855](https://orcid.org/0000-0002-5074-4855)

RESENHA. Que fazer: teoria e prática da educação popular, de Paulo Freire.

**** Vanessa Xavier Silva Sousa** é professora do Instituto Federal do Maranhão, campus Caxias e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD. Possui licenciatura plena em Educação Física e Especialista em Nutrição para o Fitness e Treinamento Desportivo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Mestre em Ensino na Saúde pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: vanessa.xavier@ifma.edu.br

***** Ana Júlia Rêgo Vieira da Luz** é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), e professora do Instituto Federal do Maranhão, campus Caxias. Possui licenciatura em Química pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e Mestrado em Química Analítica pela Universidade de São Paulo (USP) Campus São Carlos. Foi coordenadora do curso de Licenciatura em Química do Campus Caxias (2012- 2016). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores (GEPPEF-UEMS-UFGD).

E-mail: anajulia@ifma.edu.br
